



ECOLOGIA

VIRIATO SOROMENHO MARQUES

Fundação Oceano Azul Um contributo na boa direcção

No passado dia 17 de março, em cerimónia pública no Convento do Beato foi lançada oficialmente a Fundação Oceano Azul (FOA), destinada a promover e apoiar iniciativas que contribuam para um triplo objetivo: aumento da literacia pública sobre o modo como os oceanos contribuem para a estabilidade ambiental e climática global; incremento das políticas de conservação dos ecossistemas marinhos, incluindo as ações concretas tendentes à sua valorização e proteção; incentivo à capacitação dos principais atores envolvidos na ligação ao mar (na pesca, alimentação e consumo, nos transportes, na construção naval, na gestão das áreas de conservação, etc.).

Esta nova Fundação resulta de um processo longo que envolveu algo de muito raro no nosso país: a colaboração entre especialistas e profissionais das actividades de conservação e educação ambiental e um grupo económico privado, representado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, que sob a liderança de José Soares dos Santos assumiu através de contrato com o Estado português a gestão do Oceanário de Lisboa numa perspetiva de maximização do interesse público. Depois da devida reflexão, onde os motivos de âmbito cívico e académico se conjugaram harmoniosamente,



José Soares dos Santos no Oceanário 'Maximização do interesse público'

aceitei o convite para ser conselheiro especial do Conselho de Curadores da FOA, que em conjunto com o seu Conselho de Administração, constitui um dos dois principais órgãos de governança da Fundação. Várias são as razões que se reúnem para manifestar esperança no trabalho que possa vir a ser realizado.

Em primeiro lugar, pela integridade pessoal e qualidade técnica dos elementos que integram os seus órgãos diretivos. Destacaria, no órgão mais imediatamente executivo: Tiago Pitta e Cunha, que desde 2004 se transformou no rosto mais visível da causa nacional

em prol de um novo regresso ao mar; João Falcato, um biólogo com enorme talento de administrador, que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso do Oceanário de Lisboa; Emanuel Gonçalves, um cientista e professor com um longo percurso no estudo e defesa dos ecossistemas marinhos. Destacaria ainda, no Conselho de Curadores, o almirante Nuno Viera Matias, com um trabalho persistente em muitas das políticas do mar, incluindo as questões de segurança, que em 2010, juntamente também com João Falcato e com o autor destas linhas, coordenou um estudo que ainda hoje é uma referência na

materia (Políticas Públicas do Mar, Ed. Esfera do Caos).

Em segundo lugar, pela visão – aprofundada cientificamente e cosmopolita no horizonte de ação – com que o tema dos oceanos é encarado nos documentos-guia da FOA. O interesse nacional nos oceanos não é concebido de modo egoísta e provinciano, pois o usufruto é a proteção dos oceanos é uma tarefa para unir as nações no seu conjunto. Nesse sentido, a FOA integra, em vários papéis e funções, especialistas internacionais de reconhecido mérito como Jane Lubchenco, Kristian Parker, Julie Packard, Heather Koldewey, Peter Heffernan, Andreas Kraemer, e a princesa Laurentien van Oranje-Nassau. Em terceiro e último lugar, pelos meios financeiros colocados ao serviço dos objetivos da FOA, que a poderão transformar numa das principais instituições europeias e até mundiais do género já nos próximos anos.

Num período em que a catadupa de más notícias nos atinge a capacidade de alimentar a esperança, parece-me que a existência desta Fundação é um sinal luminoso. Como já tive ensejo de escrever noutros lugares, Portugal regista hoje uma convergência acentuada entre intenções e meios para levar a cabo um regresso ao mar, em todas as frentes. Da economia ao ambiente, passando pela cultura, pela ciência, pelo

robustecimento de um conceito de soberania à altura dos desafios contemporâneos. Temos uma comunidade científica – à data do livro acima referido – ligada ao mar que contava com mais de 3 000 elementos, entre os quais 800 doutorados. Contamos com quase duas dezenas de instituições dedicadas à pesquisa científica, entre Laboratórios de Estado, Laboratórios Associados, Centros de Investigação. Entre navios e outros equipamentos, o país pode explorar a sua ZEE até aos 6.000 metros de profundidade. Sucessivos governos têm produzido orientações convergentes no sentido de tornar o mar num grande objetivo unificador dos portugueses no longo prazo. Diferentes setores da economia, desde a indústria aos transportes, passando pela energia e comércio, têm manifestado a sua predisposição para aderirem como partes ativas a este objetivo.

A obra está enunciada. Os meios materiais existem ou podem ser ativados se para tal existir vontade e alento. Os sujeitos estão aptos a serem mobilizados. Os caminhos para um regresso, prudente e sustentável, ao mar e aos oceanos apenas precisam de começar a ser trilhados. Seria um erro imperdoável deixar que os ventos de autodestruição que varrem a Europa, nos impedissem de nos lançarmos de novo ao mar. Esta nova Fundação poderá ajudar, entre outras missões e ações, a criar condições para um debate sério e elevado que nos ajude, no mar e nos oceanos, a distinguir entre aquilo que devemos e podemos realizar, e aquilo que devemos recusar, pelos custos, inconvenientes, e riscos de insustentabilidade que a sua efetivação poderia provocar. **JL**